Comportamento e competência informacionais para a realidade brasileira: como a informação pode amparar jovens em situação de vulnerabilidade social

Information behavior and information literacy for the Brazilian reality: how information can support young people in situations of social vulnerability

Maria Leonor Amorim Antunes

Doutoranda em em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

E-mail: mariaamorimm@gmail.com

Claudio Paixão Anastácio de Paula

Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, Brasil.
Professor associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

E-mail: claudiopap@hotmail.com

Eliane Pawlowski Oliveira Araújo

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

E-mail: elianepaw@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a temática de comportamento e competência informacionais. Expondo-se como objetivo pensar esta última de forma mais condizente com a realidade brasileira, traça-se como objetivos específicos as ações de discutir as etapas dos estudos tradicionais de comportamento e competência informacionais e apresentar um perfil específico de alunado, contumaz no Brasil: os jovens em situação de vulnerabilidade social. Pergunta-se o que faz com que o ciclo da informação (necessidade-busca-uso) não se inicie e/ou não se conclua satisfatoriamente (culminando em conhecimento) enquanto processo para os estudantes de baixa renda no contexto das escolas públicas. Valendo-se da pesquisa bibliográfica e documental, enquanto metodologia, constrói-se uma narrativa na qual se apontam os elementos reconhecidos como mais agudos, considerados capazes de minar a busca por informação; destacando-se como a biblioteca escolar pode se configurar em um espaço que amplia os horizontes desse alunado com novas perspectivas educacionais. Entende-se que a solução encontrada requer uma cultura de valorização do conhecimento, a ser trabalhada através da composição de um currículo de competência informacional. Conclui-se apontando a necessidade de ampliar as bases epistemológicas e práticas da Ciência da Informação, de forma a incorporar saberes da área da educação de forma que a ação do bibliotecário, diante do conhecimento de seu público, possa oferecer estratégias informacionais condizentes com sua realidade.

Palavras-chave: estudo de usuários; competência informacional; comportamento informacional; sensibilização.

Abstract

This article presents a reflection on informational behavior and informational literacy. It presents as a main objective, the indispensability of the informational literacy - considered a beacon of the information society - to be aligned with the Brazilian reality. The specific objectives outlined are to discuss the stages of classic and established models of informational behavior and informational literacy in the literature and to present a specific profile of students, persistent in Brazil: the young people in situations of social vulnerability. In a confrontation toward these models and the students' profile a question is presented: what makes the information cycle (need-search-use) not to start and/or not to conclude suitably (culminating in knowledge) as a process for these low-income students of public schools? The most significant reasons, considered capable of undermining the search for information, are exposed and the solution encountered requires a culture of knowledge appreciation, to be worked through the composition of a curriculum of informational literacy. The conclusion leads to the need of broadening the epistemological and practical bases of information science, so that the librarians can achieve knowledge on their public, and offer informational strategies consistent with their reality.

Keywords: informational behavior; informational literacy; sensibility. user study.

1. Introdução: a Sociedade da Informação e do Conhecimento

As designações "sociedade da informação" e "sociedade do conhecimento" são recorrentemente utilizadas tanto pela comunidade acadêmica, quanto pelos meios de comunicação para descrever os pilares da sociedade contemporânea. Enquanto na primeira se observa um acesso mais democratizado, ubíquo e global à informação através dos meios de comunicação e equipamentos eletrônicos, na sociedade do conhecimento, o destaque se coloca nas redes sociais, nas interações e aprendizagem colaborativa entre seus membros. Porém, recorrendo a Bauman (2001), na sua percepção da pós-modernidade, julga-se que os tempos líquidos da sociedade atual aproximaram o sujeito da informação sem que essa aproximação se traduza necessariamente em uma sociedade do conhecimento. Em uma realidade cada vez mais marcada pela presença maciça das tecnologias de informação e comunicação, a temática do comportamento informacional nunca se fez tão necessária, especialmente ante o desafio de verificar como informações facilmente obtidas em ambientes digitais podem, de fato, contribuir para o crescimento intelectual do sujeito de modo que a informação realmente se converta em um conhecimento emancipador.

Martins (2016) declara que os estudos de comportamento e competência informacionais são aqueles incisivamente capazes de desvelar quais são as necessidades informacionais e como supri-las, dentro do contexto da Sociedade da Informação. Esta autora segue o entendimento de Dudziak (2008, p. 42) que, em artigo de mesmo nome, anuncia que os ‘faróis da sociedade da informação’ são a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*); fatores essenciais ao desenvolvimento das nações:

Ponderemos os desafios enfrentados por todas as nações, inclusive o Brasil: a busca por um desenvolvimento pleno; a necessidade de se construir uma sociedade equânime e inclusiva; a priorização do acesso democrático à informação, baseada em uma educação que conduz à formação de indivíduos emancipados; o direito à comunicação e ao exercício integral da cidadania; a busca pelo desenvolvimento sustentável como fator de promoção da qualidade de vida das populações, o avanço econômico e a preservação do meio ambiente.

É a educação, mais precisamente a informação, aquela que tem o condão de principiar este desenvolvimento pleno, mencionado por Dudziak (2008). Porém esta autora constata – em relação aos teores da biblioteconomia, mais especificamente do comportamento e competência informacionais, ‘farol da sociedade da informação’ – a urgência em ampliar os estudos e debates sobre o tema incluindo “novas bases epistemológicas, práticas e políticas próprias, *adequadas à realidade nacional*” (DUDZIAK, 2008, p. 50, grifo nosso).

Diante do objetivo geral de se pensar estas bases epistemológicas e práticas congruentes com a realidade educacional brasileira, este artigo traz como objetivos específicos: a) empreender uma discussão sobre as etapas clássicas dos estudos de comportamento e competência informacionais e b) apresentar um perfil específico de alunado contumaz no Brasil: jovens em situação de vulnerabilidade social – através de um compêndio de literatura.

Refletindo precisamente sobre as etapas prescritivas de vários dos modelos de comportamento e competência informacionais, faz-se, nesse artigo, uma crítica às prescrições tradicionais a partir de uma pergunta norteadora “o que faz com que o ciclo da informação - necessidade-busca-uso - não se inicie e/ou não se conclua satisfatoriamente culminando em conhecimento - enquanto processo para os estudantes no contexto das escolas públicas?”, ao passo que também se propõe a consideração de uma nova etapa nos modelos de comportamento informacional: a sensibilização.

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa documental e bibliográfica e apresenta a construção de uma narrativa elaborada com indicações da literatura científica. A exploração da seleção literária contempla uma breve revisão dos estudos da área e, igualmente, retrata uma busca por respostas a angústias pontuais encontradas no referido perfil de alunos. Isto pois, a preocupação e interesse com a educação da juventude em situação de vulnerabilidade social é uma constante na trajetória pessoal e profissional da pesquisadora e força motriz de um percurso no qual se deu o acompanhamento de escolas públicas estaduais situadas na periferia de Belo Horizonte.

Entende-se que, para avaliar como os estudos de comportamento e competência informacionais podem soar mais consonantes com as necessidades do público-alvo, bem como tecer a consideração de uma nova etapa nos modelos de comportamento informacional (a sensibilização), torna-se primeiramente necessário recorrer aos teores já consolidados na área. Assim sendo, oferece-se uma breve revisão do histórico e das principais definições presentes dos estudos de comportamento e competência informacionais, para depois confrontá-los com o perfil identificado de alunos.

2. Comportamento e Competência informacionais: definições e histórico

Como Gasque e Costa (2010) colocam, a história da Ciência da Informação se confunde com a história dos estudos de usuários e de comportamento e competência informacionais. Estas temáticas são vistas na literatura científica desde meados de 1940, sendo, portanto, considerado um assunto de pesquisa consagrado na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Narra-se aqui o constrangimento em retratar a vastidão dos teores do comportamento informacional e seus desdobramentos, uma vez que, desde as primeiras pesquisas na área até os dias atuais, há mais de seis décadas de publicação; em línguas, momentos e perspectivas diferentes (MARTINS, 2016).

Gasque e Costa (2010) sugerem a existência de um consenso no qual o comportamento informacional surge das limitações dos Estudos de Usuários, campo com correntes teóricas e metodológicas bastante nítidas; tradicionalmente colonizado na Ciência da Informação e classicamente orientado na dicotomia sistemas de informação/usuários da informação. A fim de clarificação, tem-se que os estudos de usuários são: “o conjunto de estudos que trata de analisar, qualitativa e quantitativamente, os *hábitos de informação dos usuários*, através da aplicação de diferentes métodos” (CASADO, 1994, p. 31, tradução nossa, grifo nosso).

De forma específica, adota-se o conceito de “comportamento informacional” como uma designação para “toda linha de ação humana relacionada às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da mesma”, como define Wilson (2000). Contudo, é interessante destacar a ocorrência de várias conceituações (Quadro 1), no campo da Ciência da Informação, para exemplificar como a referida linha de ação humana relacionada à informação, se concentra entre a necessidade, busca e uso de informação:

Quadro 1 – Conceituações de Comportamento Informacional

AUTORIA	CONCEITUAÇÃO DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL
Wilson (2000 <i>apud</i> Gasque, Costa, 2020, p.22)	Comportamento informacional: a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa; comportamento de busca da informação: a atividade ou ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo ; comportamento de pesquisa de informação: o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos; comportamento do uso da informação: constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo.
Krikelas (1983, p.6-7)	[...] qualquer atividade de um indivíduo que compromete-se a identificar uma mensagem que satisfaça a uma necessidade percebida . Em outras palavras, a busca de informação tem início quando alguém percebe que o seu atual estado de conhecimento é menor do que o necessário para lidar com algum assunto [ou problema].
Crespo (2005, p. 31)	[...] envolve vários aspectos, podendo ser analisada sob muitas formas, as quais podem apresentar alterações devido a fatores, como o direcionamento que cada área do conhecimento dá para suas pesquisas, a atividade que a pessoa exerce, em que etapa da vida profissional se encontra, entre outros. Esses fatores podem fazer com que o indivíduo utilize fontes de informação específicas e adote etapas e procedimentos diferenciados de outros indivíduos.
Pettigrew, Fidel e Bruce (2001)	Entendem o comportamento informacional abrangendo as necessidades de informação dos sujeitos: como buscam, usam e comunicam a informação em diferentes contextos
Martinez-Silveira e Oddone (2007, <i>abstract</i>)	A necessidade informacional pode ser entendida como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em determinada circunstância ou como condição objetiva observável quando uma informação específica contribui para atender ao motivo que a gerou. Comportamento informacional, em contrapartida, está relacionado à busca, ao uso e ao manejo de informações e fontes para satisfazer aquelas necessidades .(...) A busca informacional como principal manifestação do comportamento perante a necessidade.

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas no campo, foram desenvolvidos estudos que culminaram na elaboração de diversos de modelos de estudos de comportamento informacional. Vários deles se tornaram consagrados, e foram reconhecidos, visitados, testados e aprimorados ao longo das publicações. Esta categorização não é única, nem consensual, mas através de uma sintetização elaborada pela leitura de Gasque e Costa (2010), das referências indicadas por elas e do abrangente estudo, de Furtado e Alcará (2015, p. 2), importante fonte de referência para a presente análise, mostra-se um panorama da área (Quadro 2):

Quadro 02 – Modelos de Comportamento Informacional

AUTORIA	MODELOS DE ESTUDOS CONSAGRADOS DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL
Wilson (1981)	Ofereceu dois modelos de comportamento informacional, um primário e uma atualização derivada do anterior. Baseado em proposições que consideraram teorias de diferentes áreas, como a Ciência da Informação, a Psicologia e a Comunicação, ele considerou que as necessidades de informação têm sua origem nas necessidades mais básicas do sujeito, (fisiológicas, cognitivas e afetivas), logo caracterizando necessidades secundárias. O contexto dessas necessidades seria determinado pelo próprio indivíduo; diante de seu papel na sociedade e do ambiente em que sua vida e trabalho se projetam. Deste contexto, ele sugere o acontecimento de barreiras (individuais, pessoais, interpessoais e ambientais) capazes de interferir na busca de informação, propondo então, forma de contorná-las.
Dervin (1977)	Desenvolveu uma teoria conhecida como <i>sense-making</i> ou atribuição de sentido, constituída de três elementos (situação > lacuna > uso). Uma determinada situação, apontada em tempo e espaço, seria o quadro no qual surgiria ou se constataria uma lacuna (<i>gap</i>) em informação, representada pela distância entre a situação real e a situação desejada. Diante desta lacuna, o indivíduo buscaria a informação como recurso para a construção de sentido, culminando em um o resultado, que representa a consequência do processo de <i>sense-making</i>
Belkin (1982)	Propôs a abordagem do Estado Anômalo do Conhecimento (<i>Anomalous States of knowledge - ASK</i>). O modelo atribui ao conhecimento do sujeito um <i>status</i> de anomalia, por considerar que limitações ou inadequações podem ocorrer de diversas formas - como gaps, lacunas, incerteza ou incoerência - nas visões da situação pelos usuários. O modelo prevê então uma situação anômala, as lacunas cognitivas e as estratégias de busca.
Ellis (1989)	Pensou um modelo de comportamento de busca de informação, depois atualizado - Ellis, Cox e Hall, (1993) - inicialmente baseado em seis categorias de análise: <i>Iniciar, Encadear, Vasculhar, Diferenciar, Monitorar, Extrair</i> . Como dito, após a atualização duas categorias foram acrescentadas ao modelo original (<i>Verificar e Finalizar</i>) ficando o modelo então composto por oito categorias. Pode-se dizer que este modelo difere dos demais por não apresentar um diagrama; por apresentar etapas que <i>não</i> acontecem de forma sequencial, vistas como partes de um processo. É um modelo que considera uma série de categorias de atividades relacionadas à busca informacional; busca esta que é desencadeada por meio de aspectos cognitivos, constituído. O modelo de Ellis prevê interações entre essas categorias que dependem de circunstâncias específicas da busca no momento particular do sujeito.
Kuhlthau (1991, 1994)	Apresentou diversos modelos denominados <i>Information Search Process (ISP)</i> . Segundo a autora, o ISP é um modelo construtivista, que em que o processo de busca de informação se desenvolve em seis estágios: <i>Iniciação, Seleção, Exploração, Formulação, Coleta e Apresentação</i> e é balizado pela experiência dos campos emocional, cognitivo e físico. A cada um destes estágios, Kuhlthau sugere a associação de estados emocionais, como o princípio da incerteza, confusão e ambigüidade atrelado à etapa inicial, e a conseqüente substituição das emoções desconfortáveis por confiança e satisfação à medida que se avança na busca. De acordo com Costa, Silva e Ramalho (2009), Martínez-Silveira e Oddone (2007), Kuhlthau (1991) acrescentou ao modelo de Ellis (1993) uma associação entre sentimentos, pensamentos e atitudes, fazendo uma sua perspectiva fenomenológica e não tanto cognitiva. Martínez-Silveira e Oddone (2007) consideram que Kuhlthau (1994) se baseia no conceito de estado anômalo do conhecimento de Belkin (1982), ao propor as fases de iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação.
Kuhlthau (2010)	Na atualização deste modelo Kuhlthau (2010) propõe um método no qual identificam-se oito fases e descrevem-se seis ferramentas que são essenciais para sua implementação. As etapas iniciar (<i>open</i> mergulhar (<i>immerse</i>), explorar (<i>explore</i>), identificar (<i>identify</i>), reunir (<i>gather</i>), criar (<i>create</i> compartilhar (<i>share</i>) e avaliar (<i>evaluate</i>), bem como os instrumentos de empregabilidade: colaboração (<i>collaborate</i>), conversa (<i>converse</i>), composição (<i>compose</i>), decisão/escolha (<i>choose</i>), esboço (<i>chart</i>) e continuação (<i>continue</i>), são analisadas adiante, no dia a dia e nas tarefas dos alunos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Da mesma forma que acontece com o comportamento informacional, na literatura há uma grande diversidade de termos, definições e momentos históricos que retratam a competência informacional; o que torna complexa a tarefa de referenciar o que se tem trabalhado sobre o assunto, bem como oferecer uma definição canônica. Nesse sentido, exemplificando a pluralidade de estudos, mostra-se a seguir (Quadro 3) a íntima relação entre

os conceitos relativos a estudos de usuários, educação de usuários, estudos de comportamento e competência informacionais. Esta relação é observada na crescente produção intelectual nas áreas de Ciência da Informação e biblioteconomia, no Brasil e em diversos outros países:

Quadro 03 – Conceituação de Competência Informacional

AUTORIA	CONCEITUAÇÃO DE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL
UNESCO (2013, p.29)	"Um conjunto de competências que permite aos cidadãos acessar, recuperar, avaliar e usar, bem como criar e compartilhar informações e conteúdo de mídia em todos os formatos, usando várias ferramentas de forma crítica, ética e eficaz".
Dudziak (2003, p. 28)	"Processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida".
Lins e Leite (2008, p. 5)	"Há uma lacuna a ser preenchida quanto à flexibilização da determinação das habilidades previstas nos modelos de competência informacional, principalmente quanto às diferenças contextuais, já devidamente consideradas e explicitadas de comportamento informacional ".
Johnston e Webber (2006, p. 113)	"A adoção de um comportamento informacional apropriado para identificar, mediante qualquer canal ou meio, informação adequada às necessidades, levando ao uso correto e ético da informação na sociedade. (VITORINO; PIANTOLA 2011)".
Lloyd (2006, p. 571)	Entende a competência informacional como uma metacompetência, na medida em que esta constitui uma faculdade criadora, permitindo a aquisição de habilidades que torna o indivíduo capaz de entender a complexidade dos ambientes informacionais que o cercam e o instrumentaliza para tráfegar com sucesso nestes ambientes
Antunes, Sirihal Duarte, 2016, p. 33).	Essência do que significa ser educado no século 21.
Otonicar; Nascimento, Basseto (2018, p. 29)	"(...) para ser competente em usar a informação de maneira inteligente é necessário, primeiramente, adquirir um comportamento de acesso à informação, isto significa um perfil ativo para buscar conhecer e aprender aquilo que não se sabe, "sair da zona de conforto", pois muitas vezes os indivíduos consideram-se satisfeitos em saber/conhecer o mínimo possível".

Fonte: Elaborado pelos autores

Considera-se também relevante destacar, dentro do espectro da abordagem desse artigo, a existência, na temática de comportamento informacional, de uma categorização de modelos de competência informacional (Quadro 4) – nos quais se destaca uma preocupação em ‘saber buscar e usar a informação’, subtítulo que nomeia a obra de Gasque (2020, p. 27). Nesta, a autora oferece um extenso estudo sobre a competência informacional, preferindo utilizar o termo *letramento informacional*¹, definindo-o como “um processo de aprendizagem, pelo qual

1 Registra-se que, na literatura, existe uma diversidade de termos (competência, letramento, literacia) e uma concorrência de perspectiva entre eles. Para os fins deste artigo, não se discute o mérito dessa disputa, destaca-se que esta vai além da semântica, porém respeitando o escopo do artigo e o constrangimento de espaço, adota-se a ideia central que os unifica, mesmo compreendendo a complexidade desse cenário.

se identifica uma necessidade de informação ou se delinea um problema; busca recursos eficazes para resolvê-lo; seleciona, analisa e interpreta a informação para transformá-la em conhecimento e comunicá-la”. A preferência da autora pelo termo letramento, segundo ela, deve-se não ao conceito em si, mas às ênfases na caracterização dos fenômenos da organização de ideias, de processo, de funcionalidade e de produção de conhecimento geral.

Gasque (2020, p. 27) propõe então, em seus estudos, um modelo de letramento informacional – o modelo nuclear de letramento informacional – originado de um compilado dos principais modelos utilizados nos programas internacionais de letramento informacional: “letramento informacional do ensino superior; BIG6; modelo de pesquisa orientada e os sete pilares”:

Quadro 04 – Modelos de Competência Informacional

AUTORIA	MODELOS DE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL
Gasque (2020, p.27)	Modelo nuclear de letramento informacional: compilado dos principais modelos utilizados nos programas internacionais de letramento informacional: “letramento informacional do ensino superior; BIG6; modelo de pesquisa orientada e os sete pilares”. Composto pelos: Núcleo 1: necessidade de informação e problema de pesquisa. Núcleo 2: acesso eficaz e eficiente à informação. Núcleo 3: uso da informação de forma ética e legal. Núcleo 4: comunicação da informação (GASQUE, 2020, p. 27-33)
Eisenberg e Berkowitz (1990)	Modelo que prevê: 1) definição da tarefa – diz respeito ao reconhecimento da necessidade de informação; 2) estratégia de busca da informação – seleção dos tipos de fontes a serem consultadas; 3) localização e acesso das informações selecionadas - uso da tecnologia disponível; 4) uso da informação – o processamento e a análise da informação; 5) síntese – organização e apresentação da informação; e 6) avaliação do processo e do produto. (PINHEIRO, GASQUE, VITORIANO, 2019, p.4)
Conferência Nacional das Bibliotecas Universitárias em 1999	Prevê sete etapas denominadas pilares, em cada uma delas o indivíduo poderia começar como aprendiz e avançar até chegar ao grau de experto. Assim, tem-se que o caminho a ser percorrido rumo à competência informacional prescrevia: 1. Identificar – de acordo com este pilar o indivíduo deve ser capaz de reconhecer sua própria necessidade de informação; 2. Contextualizar – o indivíduo nesta etapa deve ser capaz de avaliar seu conhecimento e reconhecer as partes faltantes; 3. Planejar – o indivíduo neste pilar deve ser capaz de construir estratégias para localizar informações e dados que necessita; 4. Reunir – espera-se que o indivíduo seja capaz de localizar e acessar as informações e dados buscados; 5. Avaliar – neste pilar a recomendação é para que o indivíduo reveja o processo de pesquisa para comparar e avaliar a informações sempre que se fizer necessário; 6. Gerenciar – aqui fica retratada a capacidade de organização do indivíduo que deve ser capaz de organizar as informações de forma ética e eficaz; 7. Apresentar – O último pilar destina-se à capacidade do indivíduo em aplicar o conhecimento adquirido através da apresentação dos resultados de forma concatenada e otimizada. (REIS, 2016, p.98)

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que ciclo da informação², no qual se considera a necessidade, busca e uso da informação, é o fundamento que praticamente sustenta as definições e modelos de comportamento e competência informacionais; tema estudado e aprofundado de forma autônoma, porém, não desvinculado dos estudos supracitados. Constitui igualmente uma subárea clássica da Ciência da Informação e um de seus elementos, nomeadamente a necessidade de informação, tem suscitado várias análises, dentre as quais destacam-se, abaixo, alguns dos principais ditos acerca deste elemento:

Martínez-Silveira e Oddone (2007) explicam que, no que concerne às necessidades informacionais, duas interpretações são possíveis, sendo a primeira delas a de experiência subjetiva, ocorrente na mente de cada indivíduo e inatingível ao observador. Desta visão compartilham Wilson (1981), para quem a necessidade só pode ser descoberta por dedução ou pela enunciação da pessoa que a detém; Burnkrant (1976), que a considera a representação cognitiva da futura conquista de um desejo; Cooper, (1971) que a concebe não observável diretamente e Morgan e King (1971, *apud* WILSON, 1997) que enunciam três tipos de motivos para a emergência de uma necessidade: (a) fisiológicos; (b) desconhecimento (incluindo curiosidade e estímulo sensorial); (c) sociais (desejo de aprovação, status etc.).

A estes autores, existe a visão de Derr (1983) que analisou o conceito da necessidade sob outro ângulo; numa lógica objetiva (DERR, 1983, p. 276 *apud* MARTÍNEZ-SILVEIRA, ODDONE, 2007, p. 4). Os argumentos de Derr são que a falta de informação e o desejo de obter uma informação não implicam imperiosamente em uma necessidade de informação, assim como o fato de possuir a informação não encerra a necessidade da mesma.

Acrescendo outras nuances, Carvalho Silva (2012) declara que a necessidade de informação tem ainda características e classificações específicas. Pode ser: consciente (quando o sujeito consegue constatar como a necessidade foi gerada) ou inconsciente (identificada indiretamente, sem um foco ou contextualização); real (definida como aquela que vai sanar um propósito) ou potencial (aquela interessante que pode vir a ser útil); real (aquelas que de fato correspondem à solução do problema) ou irreal/ fictícia (aquelas que se satisfeita conduzem a uma solução com qualidade inferior ou a um caminho falso na solução do problema); imediata

2 Considerado a partir da tríade Necessidade > Busca > Uso, não tão voltado à percepção de Le Coadic (2004) e Roza (2018), que representa o modelo social da comunicação. Menos no entendimento da geração, coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso, característico dos Recursos de Informação (ARI), do inglês *Information Resources Management* visto em Cianconi (1991).

(para cumprir um objetivo pontual) ou mediata (amadurecida a partir de um processo histórico); explícita (aquelas que o sujeito consegue formular) ou implícita (aquela que se amadurece através da análise do problema e pensamento); individual (originada e sentida através de uma reflexão do indivíduo) ou coletiva (percebida por um grupo de pessoas simultaneamente ou não - como em uma comunidade de usuários - de uma reunião profissional, por exemplo).

Para fins de análise considera-se que a necessidade de informação, diante de sua amplitude, é uma orientação de estudo, a que não cabe uma definição engessada. Para aclarar o entendimento, porém, ressalta-se que a necessidade de informação engloba: *conhecer o que um sujeito demanda ou pode demandar em termos de informação*, avaliar produtos e serviços de informação, entender melhor o fluxo da transferência da informação e principalmente: *verificar como a informação de insere no escopo do pensamento, da construção de sentidos do mundo cerca o sujeito*; a consciência para a elaboração do conhecimento, como esta se envolve na sua realização pessoal e profissional e no seu crescimento intelectual. Na dúvida de qual seria a unidade de análise da necessidade Martínez-Silveira e Oddone (2007, p.120) oferecem um norte ao declarar que:

Ao menos dois dos elementos que integram os diferentes conceitos de necessidade informacional podem ser identificados com segurança. O primeiro deles é que *há sempre implícito um motivo ou propósito*. O segundo é sua *natureza de processo cognitivo*, que diferenciaria as necessidades informacionais das fisiológicas, por exemplo.

Em relação à busca por informação, destaca-se que esta, considerada etapa seguinte e natural após constatada a necessidade de informação é amplamente versada nos modelos observados, visto que enquanto processo, método e procedimento – com etapas e uma trajetória meio para se sair de um ponto a outro – a necessidade, busca e uso não se desvinculam. O que se considera mais proveitoso ressaltar primeiramente é seu caráter atitudinal, a factualidade que se imbrica na busca, uma vez que mesmo com a necessidade em vista, o sujeito pode decidir não saná-la. É o que confirmam Fadel *et al.* (2010, p. 13): “Partimos do pressuposto de que a busca, o uso e a apropriação da informação estão relacionados a uma ação, mesmo que inconscientemente”.

Considerada aqui o fator propulsor da trajetória rumo ao conhecimento, a busca da informação se refere ao modo como as pessoas buscam informações; quais canais, fontes e tipologia consultam, como selecionam e julgam o material encontrado. Segundo Gasque e Costa (2010, p. 29), com a evolução nos estudos da área, passou-se a se preocupar cada vez mais com

as *características do grupo de usuários que se pretende atender* e com os avanços na tecnologia, que estruturou novas bases em que se dá a busca por informação.

Por fim, o terceiro elemento do ciclo – o uso da informação – se remete aos estudos de competência informacional-por refletir a maneira como as pessoas utilizam a informação; o que fazem com ela e qual proveito tiram da informação selecionada. Contudo, dois elementos sobressaem da leitura de Fadel *et al.* (2010) sobre esse tópico: primeiramente, os autores pontuam que um usuário que possui diferentes opções de acesso à informação, via de regra, escolherá a que for obtida mais facilmente ou com a qual mais se identifica, mesmo que não seja necessariamente a melhor escolha. Sendo assim, estes autores salientam a necessidade de *se conhecer as características do sujeito que se pretende atender e investir na educação do mesmo*, ou seja, na competência informacional. Orientar os procedimentos pós busca - a escolha e análise do material encontrado - deve ser uma preocupação instituinte da própria formação do bibliotecário (FADEL *et al.*, 2010). Em segundo, o caráter funcionalista, mecânico, utilitário, de execução de tarefas, trazido pelo próprio vocábulo usar. A esta frente, tem-se falado muito no termo apropriação da informação, que carrega em seu bojo, a ideia de alteração e soma ao conhecimento agregado. A ideia de apropriação pressupõe o entendimento e assimilação da informação através do estabelecimento de relações cognitivas. Os autores explicam que sendo que “o sujeito cognoscente ressignifica a informação, uma vez que infere síntese e contexto a ela” e que “o acesso físico aos suportes apenas inicia o processo de apropriação, não sendo de nenhuma maneira sua conclusão” (FADEL *et al.*, 2010, p. 15-18).

3. Crítica aos modelos tradicionais e uma pergunta norteadora

Como se observou nos modelos e descrições apresentadas neste artigo, é grande a vinculação do comportamento informacional do sujeito com os chamados processos essenciais ou ciclo da informação: a clássica pirâmide necessidade, busca e uso (e demais processos que se colocam de forma interveniente— relacionada à busca - e a questão do acesso, no tocante ao uso). Citando Lins e Leite (2011), Furtado e Alcará (2015, p.2) mapeiam e analisam os modelos de comportamento e competência informacionais e salientam uma uniformidade nesses estudos, que preveem ordens e características precisas no estabelecimento de etapas, como enuncia o trecho:

Os Modelos de Comportamento Informacional descrevem as etapas do processo de busca da informação a partir da identificação das necessidades, e os modelos de Competência em Informação que estão direcionados para as características que qualificam os processos de busca e uso. (...). Em sua maioria, são definições frequentemente na forma de diagramas, que descrevem uma atividade de busca de informação, as causas e consequências desta atividade, ou ainda os relacionamentos entre os estágios ou fases no comportamento de busca de informação (FURTADO, ALCARÁ, 2015, p.2)

A principal apreciação constatada e o principal aditamento que propõe aqui, vêm de uma consideração de que os modelos de competência, muito semelhantes aos modelos de comportamento, têm um caráter extremamente tecnicista, prescritivo de etapas e orientações de atitudes, tal como o caráter funcionalista, mecânico, utilitário, de execução de tarefas citados por Fadel *et al.* (2010) ao pensar o vocábulo uso da informação. Estes modelos consagrados são bastante expressivos para orientar as ações do bibliotecário diante de um sujeito já debruçado em uma necessidade, diante de uma situação pontual. Porém, pensa-se se os modelos atuais de comportamento e competência não estariam mais para a alfabetização (como esta é retratada na educação, na medida em que esta, naturalmente, trabalha etapas definidas, preceitos e técnicas instrucionais), do que para o letramento em si, pois sente-se falta na literatura, além de teores voltados para a ambiência de um público que mais carece de informações, os substratos práticos para sua implantação.

A análise de alguns excertos dá indícios de que, ainda que de maneira implícita, mostra-se presente a relevância de uma linha que explicita por que os aspectos interiores (tais como pensamentos, emoções, sentimentos) agem sobre as ações humanas e respondem pela maneira como o indivíduo toma atitudes, se posiciona socialmente e age diante da informação. Muito embora este interesse não tenha sido retratado expressamente com questões terminológicas, verifica-se que existe um espaço para aprofundar as questões psicodinâmicas (teorização dos aspectos psicológicos que agem sobre o comportamento humano, enfatizando a interação entre as motivações consciente e inconsciente). A possibilidade e conveniência de se abrir espaço nas agendas de pesquisa para estudos que considerem as questões psicodinâmicas e aumentem a granularidade dos estudos de comportamento e competências informacionais vêm ilustradas nas definições abaixo:

Quadro 05 – Psicodinâmicas do Comportamento Informacional

AUTORIA	CONSIDERAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIA INFORMACIONAIS
Fialho (2010, p.167, grifo nosso)	Segundo Kuhlthau (2004), o processo de busca de informação é interativo e cada estágio pode ser associado a estados cognitivos e afetivos . Consta-se, nessa perspectiva, que alguns estágios "são mais difíceis para os estudantes do que outros".
Gasque e Costa (2010, p.28, grifo nosso)	As pesquisas buscavam conhecer as características únicas de cada usuário e o processo cognitivo comum à maioria deles, abordando questões como categorização técnica, memórias de curto e longo prazos, estilos de aprendizagem, motivação, tipos de personalidades e fatores semânticos.
Gasque e Costa (2010, p.29, grifo nosso)	Mais que isso, caracteriza-se, também, pela ênfase na interação entre os contextos cognitivo, social, cultural, organizacional, afetivo e fatores linguísticos , em que o fenômeno do comportamento informacional é parte do processo de comunicação do ser humano.
Oliveira (2013, p. 71, grifo nosso)	Lesley Farmer (2006) aponta que a relação da personalidade com o comportamento de busca auxilia na elaboração de programas de Competência Informacional efetivos, pois não são todos os usuários que apresentam predisposições psicológicas favoráveis para a realização de atividades de busca da informação .

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando existir espaço para aprofundamento nas teorizações dos aspectos psicológicos que agem sobre o comportamento humano e informacional, volta-se à pergunta norteadora deste artigo e outras que se derivam dela:

- O que faz com que o ciclo da informação (necessidade-busca-uso) não se inicie e/ou não se conclua satisfatoriamente (culminando em conhecimento) enquanto processo para os estudantes em situação de vulnerabilidade social?
 - Como sensibilizar este estudante sobre a existência de informações que, trabalhadas com autonomia, têm um potencial transformador da realidade?
 - Como tocá-lo para que este estudante reconheça que sua carência, por vezes colossal, desse tipo de informação advém de sua vivência em um contexto de desigualdade que não a deixa ser percebida?

- Finalmente, como conscientizá-lo de que, se relacionar de forma autônoma, crítica e hábil com a informação, ele estará se capacitando para estabelecer uma relação libertadora com o conhecimento?

Pode-se ver em Gasque (2020, p. 47, grifo nosso):

A necessidade de informação deriva da forma como a pessoa lida com as situações do cotidiano e problemas que precisam ser solucionados, considerando o papel que ela desempenha na sociedade, bem como aspectos da personalidade, dentre outros. O reconhecimento da necessidade de informação é o primeiro passo para o processo de busca de informação.

Esta linha de pensamento considera que os referidos modelos e suas etapas já são bastante consagrados e aceitos pela comunidade acadêmica, portanto, não se trata de rechaçá-los. Como a literatura já reconhece necessidades informacionais inconscientes, potenciais, mediatas e implícitas, entende-se que cabe trabalhá-las de forma contextualizada para pensar em uma etapa anterior; subjacente à necessidade de informação: a sensibilização. E para que esta possa ser melhor analisada, merece ser particularizada, diferenciada das demais.

Em síntese, *sensibilizar* trata de comover, emocionar, tornar alguém sensível a algo; sendo considerado sensível aquele sujeito capaz de sentir, receber, experimentar e apreciar algo que se oferece. Considera-se mais produtivo para o ciclo da informação, trabalhá-lo na perspectiva Sensibilidade > Necessidade > Busca > Uso da informação. Assim sendo, antes de partir para os estudos das necessidades informacionais dos estudantes, parte-se de trabalhar primeiramente a melhoria da receptividade dos mesmos, para motivá-los a buscar a informação. Estima-se que a sensibilidade, mediada pelo diálogo, tem um poder conscientizador sobre a existência de informações que, quando convenientemente trabalhadas, têm um potencial transformador da realidade.

É a estes elementos como propósito e a cognição envolvida, citados por Martínez-Silveira e Oddone (2007, p. 120), a que se agrega também o fator emocional, buscando compreender o que define uma necessidade de informação, no caso, da referida juventude de comunidade, que indesejavelmente permanece subeducada, reprodutora do contexto desigual de seus ascendentes. A estas angústias, considera-se que as temáticas comportamento e competências informacionais podem se mostrar verdadeiras potências para se confrontar este cenário desafiador, desde que se considere primeiro os elementos contextuais, dos jovens em situação de vulnerabilidade social, que dificultam a busca informação.

4. O perfil dos sujeitos informacionais e as barreiras ao ciclo da informação

Como exposto, a seleção literária reflete o anseio de contribuir, ainda que a partir de uma atuação modesta, com os caminhos da educação brasileira – mais precisamente da escola pública e de sua biblioteca. Em uma busca por respostas às angústias pontuais encontradas durante a vivência nas escolas, retrata-se a seguir o perfil do alunado que compõe o público-alvo desta escrita. Através da pesquisa bibliográfica e documental descreve-se a subjetividade e complexidade vivenciadas por um alunado composto majoritariamente de adolescentes moradores de favelas³.

Por suma importância na proposição dessa pesquisa, oferece-se a percepção de que estes alunos:

São nativos digitais, parte de uma das primeiras gerações a nascer e crescer rodeadas pela tecnologia digital. Isso implica em desdobramentos em diversos aspectos de suas vidas, desde a cognição até formas como se relacionam entre si, como trabalham os autores Mark Prensky (2001), Palfrey e Gasser (2008), Rowland & Williams (2008), Tapscott (2009), Sales (2014), Twenge (2014, 2017), Mizuko Ito *et al.* (2009) e Serres (2014). Os jovens não compreendem muito bem a escola analógica que têm, pois, as “tradições” da escola aparentemente geram um descompasso entre os repertórios escolar e juvenil. Autores como Ramos (2012, *online*), Sibilía (2012), Sales (2014) e estudos empreendidos como o CEBRAP/FVC, (2013) entendem que o modelo de ensino atual reflete o século 19, pois enxergam um currículo educacional que desmotiva os jovens, com exigências que não concebem a diversidade e que não incorporam as referidas características do mundo pós-moderno.

3 No âmbito desse artigo, optou-se por utilizar o termo “favela”, em lugar de “comunidade”, em alguns pontos do texto (em lugar de utilizá-los de forma meramente intercambiada ou padronizar toda a escrita adotando o segundo termo indiscriminadamente) com base em discussões recentes, tanto no campo das letras e dos estudos da linguagem (SANTANA; FREITAS SILVA; SOUZA, 2021) – que afirmam que a substituição se constitui numa tentativa de solucionar um conflito histórico, político, econômico, humano, social e moral apenas no campo discursivo; quanto no campo do turismo (PEREIRA; CASTRO; CHEIBUB, 2019) – muito envolvido no processo higienista de suposta limpeza da imagem desses territórios com fins puramente econômicos a partir da divisão semântica maniqueísta entre “comunidade” como espaço de socialização idealizado e “favela” como espaço violento e caótico; quanto nos próprios movimentos sociais (<https://rioonwatch.org.br/?p=15401>) que ressaltem a necessidade das comunidades que ali vivem e os acadêmicos que pesquisam aquela realidade utilizarem a expressão “favela” em todas as oportunidades.

Não são excluídos digitalmente. Sobre o acesso à tecnologia, percebe-se que a maioria dos alunos dos grandes centros urbanos, apesar da condição socioeconômica pouco favorável, possui celular e acesso à internet por meio deles, como comprovou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (2019). Essa realidade, comparada ao que preceitua Tondo (2016) sobre a “pobreza digital”, não é um fator limitante ou impeditivo à inserção desse público ao mundo digital, ainda que em forma desigual comparada aos jovens estudantes de escolas particulares, por exemplo. Não só o acesso à Internet tem se popularizado, mas a conectividade é altamente valorizada e alcançada por eles, através de dispositivos próprios e artifícios que nada tem a ver com a aquisição via escola ou governo. Eles valorizam a conectividade e, por vezes, fazem desses atributos elementos de autoafirmação e até, mesmo, de ostentação. Curiosamente, para o perfil de alunos em questão, esses recursos digitais não parecem se traduzir em uma elevação potencial do seu engajamento em atividades escolares⁴. Seja por questões de estímulo, motivação, exemplos ou interesse, o ciclo da informação (percepção da necessidade, busca e uso) praticamente não começa, ou não se conclui satisfatoriamente, não agregando valor ao crescimento intelectual do sujeito. Isto tudo enquanto capacidades de autoaprendizagem baseadas na Web já são relatadas como realidade.

Sofrem com os agravos da realidade das escolas estaduais. No que diz respeito a equipe da escola pública, à direção e supervisão, entende-se que, de forma geral, há interesse em melhorar a vida escolar dos alunos, mas narra-se uma certa frustração dos professores pela falta de estrutura do governo em relação à educação e à escola. Os professores se mostram esgotados, sobrecarregados, que por si sós não conseguem implantar todas as mudanças que um processo de aprendizagem eficaz demanda. Muitos deles não têm muitas inspirações sobre como incorporar a tecnologia em sala de aula, não têm condições de investir em aperfeiçoamento e permanecem muito vinculados às determinações governamentais – como visto nos autores que retratam a atividade governamental na esfera educativa, tal como Cury (2002), Zibas (2005) e Frigotto (2002) – que denunciam modificações governamentais sem

4 Cenário vivenciado quando (durante a atuação de um dos autores como pesquisador, estagiário e voluntário nas escolas) algumas iniciativas de utilização de determinadas plataformas digitais com fins educativos foram propostas - como criação de grupos de WhatsApp® para divulgar conteúdo das disciplinas, ou criação de sites com material de apoio às aulas - que receberam pouca adesão por parte dos estudantes, apesar deles se incluírem no grupo onde o acesso à internet, em princípio, não seria a dificuldade. A implantação de outras estratégias, como a criação de uma biblioteca virtual com livros mais atrativos para a idade, uma vez que foi observado que falta, nas escolas públicas por onde essa pesquisadora passou, literatura que (nas palavras dos próprios alunos) os agrada, também não teve participação dos alunos como se poderia esperar. O que se observou é que a disponibilidade da tecnologia não foi suficiente para um engajamento a conteúdos que poderiam propiciar um aprendizado ou um contato com literatura mais selecionada.

provocar alterações concretas na escola. Tampouco o Estado parece capaz de responder a todos os requisitos da educação contemporânea, como pode ser visto em Schwartzman (2005), Delgado e Machado (2007), Castro e Abramovay (2002, 2004) e Tigre (2013).

Vivem em contextos de vulnerabilidade social e lidam diariamente com estigmas. O contexto no qual vive grande parte dos alunos dessas escolas, é de vulnerabilidade social e econômica, cujas consequências restringem suas alternativas de moradia a locais estigmatizados como definidores de seu caráter (as favelas) e, conseqüentemente, os reflexos dessa estigmatização na autoimagem aparecem novamente nas oportunidades, estímulo, e motivação para o estudo, como explicam Gouvea (1993), Gomes (2014), Santos (2007) e Valladares (2005). Muitos experimentam em casa situações complexas de restrições afetivas e financeiras, abuso familiar (como, dentre muitas outras histórias, mães e jovens que apanham dos homens - sejam pais ou padrastos), jovens de ambos os sexos trabalhando para a criminalidade e o tráfico e alunas que se unem a sujeitos envolvidos na criminalidade e enfrentam gravidez na adolescência. Um cotidiano de tiroteios, tráfico em frente à escola e envolvimento com drogas também é presente, assim como descrevem Abramovay e Castro (2015), Castro e Abramovay (2002, 2004), Cavenaghi e Bruneck (2009) e Tigre (2013).

Apresentam algumas crenças limitantes, tais como as traçadas pela pesquisadora Carol Dweck (2006), quando esta avalia as crenças e comportamentos pelos quais indivíduos atribuem seu próprio sucesso. Segundo a autora, enquanto alguns acreditam que o mesmo é baseado em uma habilidade inata e demonstram uma teoria fixa de inteligência, outros acreditam que o sucesso está baseado no treinamento de uma mentalidade de crescimento. Dweck (2006) mostra que o sucesso é algo a ser alcançado, o que é conseguido ao ir adiante de limitações impostas à personalidade. Segundo ela, a influência da mentalidade, ou seja, a atitude mental na qual o sujeito se baseia para conduzir sua existência, influencia decisivamente o êxito em todos os âmbitos – pessoal, escolar e profissional. Neste enfoque o sucesso está associado não ao potencial da personalidade, mas à abordagem que se faz destes potenciais.

Apresentam baixa Motivação para o estudo, motivação esta descrita aqui enquanto motivo para ação. Representante de uma mentalidade individual, é outra variável capaz de explicar a busca por informação e a dimensão do esforço que o sujeito vai dedicar a ela. Esta se reveste de muitos elementos, como a personalidade do sujeito, sua autoestima, sua noção de ‘autoeficácia’ e suas estratégias de enfrentamento, já que a aferição do resultado pode afetar o modo como o indivíduo responde a uma situação. A constatação de que a motivação e a

persistência na tarefa estão relacionadas a padrões atribucionais específicos, como mostram Bandura (1989); Barrera (2010); Bzuneck (2001); Fontaine (2005); Weiner (1985) e Witter (1984), têm orientado a elaboração de programas de intervenção, visando trabalhar nos alunos o desenvolvimento de fatores internos, instáveis e controláveis, como o esforço, por exemplo.

Não introjetam a importância da escolaridade. Dentre todos os elementos que contribuem diretamente para as dificuldades das escolas públicas brasileiras, alguns estudos, em especial, enfocam o distanciamento, o desinteresse e a apatia dos estudantes com a escola e o próprio aprendizado. Sentindo-se desmotivados, sem conseguir visualizar perspectivas de transformação e sem a crença de que a mobilidade social através da educação é possível, falta a eles fé e esperança em um futuro (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 154; CAVENAGHI, BZUNECK, 2009). A expectativa que esses alunos têm quanto a si mesmo e quanto à escola, pelo que foi observado demonstra que para eles a escola é a “chance de ser alguém na vida”. Demonstram ainda a existência de sonhos muito auspiciosos e até mesmo toques de ostentação a respeito de seu futuro e suas profissões. Contudo, na atuação desses adolescentes enquanto estudantes, seus comportamentos frente a busca de informação para fomentar o aprendizado e construir conhecimento não caminham na construção desses sonhos.

Sofrem com a chamada *Crise dos diplomas e apresentam pouco capital cultural*⁵. A crise dos diplomas, expressa o desencanto de uma "geração enganada" com a baixa empregabilidade associada à escolarização. Em primeiro, a crença de que o diploma escolar representa a porta de entrada na universidade (que eles não vão frequentar), sendo esta a única razão de ser da escola. Em segundo, a baixa noção por parte das classes mais baixas e menos escolarizadas no entendimento de que a educação é um investimento que se revela a longo prazo. O baixo capital cultural e exemplos de pais sem estudo criam condições desfavoráveis à prossecução escolar. Segundo Pierre Bourdieu (2001), a permanência na escola envolve um julgamento entre investimentos e estratégias objetivas de ação. A aplicação de tempo, incentivo e recursos financeiros na carreira escolar dos filhos, é algo que varia conforme a probabilidade de êxito, normalmente considerado baixo. Não se questiona a importância da titulação, muito pelo contrário, mas os alunos precisam ser explicados que o conhecimento não só é legítimo quando

⁵Termo cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) em designação à bagagem de conhecimentos que o sujeito incorpora do núcleo familiar que o traz vantagens ao chegar à escola. Essa herança é considerada por ele o cerne dos mecanismos de perpetuação do fracasso escolar e das desigualdades sociais. Em Nogueira e Nogueira (2002).

adquirido no espaço escolar, e que se não for a escola, como aprender a estabelecer critérios e referenciais?

Sofrem com o imperativo da sobrevivência e a valorização do trabalho imediato.

Demonstradas por Castro e Abramovay (2002), estas incidências também contribuem para afastar o aluno de sua trajetória rumo ao conhecimento. O trabalho é visto como um meio de sobrevivência individual e, muitas vezes, das famílias. Os jovens o almejam por vontade de atingir a independência financeira necessária para se sentirem pessoas e construir sua autoestima, ou seja, como meio de inspirarem respeito na comunidade. O trabalho ainda é citado como um meio para afastar-se das drogas como para assegurar o acesso a elas. Há um consenso de que o desejo dos jovens é se empregar logo, sendo esta a sua apreensão e a de seus pais acerca do futuro. O trabalho tem uma centralidade referencial, é uma preocupação constante, mas via de regra, o emprego exercido por estes jovens é irregular ou instável e frequentemente considerado pouco contributivo para suas vidas futuras. Os jovens, apesar de reclamarem da falta de reconhecimento profissional e da falta de oportunidades de mobilidade na atividade que realizam, costumam a conciliar duplas jornadas, fato que inspira o pensamento de que o desenvolvimento de uma rotina de estudo deve começar logo nos primeiros anos do ensino fundamental.

Todo esse cenário relatado convergiu de uma busca que procurou entender o contexto de vida e aprendizagem desses alunos em vulnerabilidade social. As características elencadas, por vezes, parecem contraditórias, principalmente no que tange ao binômio baixa renda/acesso à tecnologia, porém são bastante reveladoras de um público; ainda que não possam ser generalizadas. O intuito deste compêndio foi oferecer substratos e indicações de leitura para se pensar em novas agendas de pesquisa, voltadas a contornar as dificuldades características das escolas da rede pública e de seu alunado. Isto pois, considera-se que sensibilizar o público-alvo sobre a grande defasagem informacional a que estão sujeitos e suas devastadoras implicações, é o primeiro passo para a criação de uma cultura de valorização do conhecimento e um comportamento orientado à competência informacional.

5. Soluções epistemológicas e práticas

Julga-se, com base na literatura analisada, que os estudos sobre a competência informacional têm tentado se aproximar da área da educação e se inserir de fato no dia a dia escolar, seja através da criação de programas de biblioteca, seja na postura de seus bibliotecários ou na busca por um *locus* ante os documentos formais que amparam a educação. Exemplos disso podem ser vistos nos citados estudos de Fialho (2010), Ottonicar, Nascimento e Barreto (2018) e Gasque (2020). Porém, ainda se identifica a pouca efetividade da competência informacional na escola, o que diante da pluralidade de estudos que a retratam e da pujança de seu volume, suscita a dúvida quanto à sua adequação.

Todo o esforço despendido neste trabalho, portanto, trata de fomentar a demanda que dará início à trajetória de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Sabendo que a prática e o conhecimento científico não se afastam, a primeira sugestão que se faz vem representada na amplitude de saberes demarcados pelos Estudos de usuários e os demais estudos de comportamento e competência informacionais que se seguiram. O bibliotecário tem todo o *know-how* para aplicar as técnicas descritas pela literatura⁶ e contextualizá-las de modo a entender quem é o aluno e quem é seu professor: quais as dificuldades e expectativas em relação à tecnologia, à escola, suas principais dificuldades e sonhos. A aplicação de um estudo de usuários para verificar se, de fato, as características apontadas se verificam nos alunos oferece um bom diagnóstico para saber como atender as necessidades da comunidade escolar e potencializar os esforços orientando-os aos objetivos.

Entende-se que uma cultura de valorização do conhecimento começa primeiramente com os alunos valorizando a escola e entendendo que existe legitimidade nos teores repassados por ela. Para contornar as barreiras geradas pelo *descompasso entre os repertórios escolar e juvenil*, Sibilía (2012) oferece uma boa alternativa ao declarar que a escola ideal deve alternar momentos de Redes e Paredes, ou seja, ao mesmo tempo em que a escola precisa buscar relações horizontais com seus alunos e novos parâmetros metodológicos que incorporem as tecnologias digitais, precisa igualmente debater suas controvérsias em um exercício de conscientização. Considera-se produtivo tecer diálogos com os alunos problematizando o

⁶ Procedimentos e métodos dos estudos de usuários, estudos de comunidade. Tipologia e identificação dos sujeitos, escolha dos métodos de coleta e análise dos dados e avaliação.

sujeito diante das redes sociais, da pluralidade de informações, trabalhar treinos de concentração, e novamente, tratar de envolvê-los com a matéria que se ensina.

A questão da *crise dos diplomas* pode ser enfrentada com ações para trabalhar a serendipidade, entender que muitas oportunidades são postas por acaso, mas este acaso só favorece as mentes preparadas. Pode-se explicitar o contexto de desigualdade do país e seus motivos para criar condições favoráveis à ascensão social. Adaptações dos teores de Bourdieu (2001) de forma que suas ideias consigam chegar aos alunos. Trata-se de criar um material apresentando aos alunos elementos que não fazem parte de seu repertório, usualmente restritas à família das classes médias - como incentivo à leitura, cultura erudita e demais formas de aumentar o capital cultural.

Ao *imperativo da sobrevivência*, pode-se tentar levar à compreensão do aluno que, ainda que existam sérias desvantagens como suas famílias contarem com sua participação financeira, conciliar duas rotinas mostra-se complicado, mas não inviável. Um aluno que consiga traçar e manter uma rotina de estudos correrá o tempo com um acúmulo de leituras e saberes que culminará em vantagem competitiva em uma hora decisiva, seja a de optar por um curso superior ou de aprender a criar oportunidades e se aventurar pelo empreendedorismo.

A *motivação*, compreendida no âmbito da mentalidade individual, trata de acolher um alunado com carências diferenciadas; afetivas, intelectuais, disciplinares. Sendo assim, considera-se que a escola pode trabalhar a autoestima e a melhorar a crença de autoeficácia, com estratégias como a promoção de experiências de sucesso. Trata-se de uma motivação extrínseca para trabalhar a motivação intrínseca daqueles alunos que se mostrarem desmotivados, cansados e fadados ao fracasso escolar.

Com o aporte das *crenças limitantes* pode-se direcionar o entendimento do aluno à compreensão de que alguns comportamentos não são interessantes de serem adotados, enquanto outros, sim, pois o passar do tempo determina a ramificação dos caminhos refletidos nas escolhas. Trazer estes problemas à consciência significa ensinar a traçar metas escolares para depois traçar metas de vida (ou, pelo menos, perceber que é possível e necessário relacionar umas, enquanto um ferramental potencial, às outras).

Para que o aluno inicie sua trajetória rumo ao conhecimento, estima-se que este precise começar por compreender a si mesmo e o mundo que o cerca. A estratégia é colocá-los como protagonistas e discutir abertamente com os alunos questões diversas, sobre eles, sobre as

desigualdades e estigmas que os rodeiam, sobre a natureza da escola diante da dificuldade da mesma em acompanhar a celeridade do mundo e a legitimidade de seus saberes. Para isso, visualiza-se todo um movimento de valorização da escola, de seus espaços e teores enquanto lugar de vivências, experiências, maturidade, reflexões.

Idealiza-se que estes conteúdos se expressam naqueles capazes de afetar sua mentalidade e minorar o interesse pela busca de informação. Idealiza-se igualmente que estes possam ser trabalhados em uma disciplina - Competência Informacional - formalmente inserida na grade curricular e desenvolvida a partir de ações concretas em sala de aula no período, crucial da formação acadêmica dos estudantes, que vai dos anos finais do fundamental (II) até o ensino médio, completando 8 anos de ensinamentos. Isto pois, os estudantes são vilipendiados pela desigualdade social em doses regulares e constantes (tão constantes que passam a ser naturalizadas a ponto de se tornarem irreconhecíveis por boa parte da classe economicamente hegemônica e por parte dos educadores e pesquisadores), demandando um perene contragolpe nesta violência. A saída pensada foi conceber um currículo de Competência Informacional e trabalhá-lo de forma pontual em sala de aula.

As Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) para a biblioteca escolar (2015, p. 31) citam as competências necessárias e as condições para assegurar um programa de biblioteca escolar, nas quais se concentram nas qualificações do bibliotecário. Esta argumentação considera que, da mesma forma que com os estudos de comportamento e competência em suas etapas prescritivas, ainda não se enxerga nas análises dos programas de biblioteca, substância e robustez para responder o que faz com que o ciclo da informação (necessidade-busca-uso) não se inicie e/ou não se conclua satisfatoriamente (culminando em conhecimento) enquanto processo para os estudantes de ensino médio no contexto das escolas públicas. Sendo assim, o artifício mais razoável pensado para prosseguir neste caminho é a composição de um currículo.

Ressalta-se que não se trata de uma ideia nova. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2015), na Competência 6, inclui a formação *Trabalho e Projeto de Vida*. O Currículo de Referência de Minas Gerais (MINAS GERAIS, [2018], p. 46) prevê que:

Ainda dentro dos Itinerários Formativos, outra possibilidade para o desenvolvimento integral do estudante é o **Projeto de Vida** que, de forma sistematizada e com intencionalidade pedagógica, visa a proporcionar o desenvolvimento da capacidade de autoconhecimento, de potencialidades, aspirações, interesses e objetivos de vida.

Corroborando este entendimento tem-se, na Declaração de Maceió (2011, s. p.), duas das principais reflexões que os Grupos de Trabalho do Seminário Competência em Informação: cenários e tendências, realizado no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, consideraram importante transmitir à sociedade:

2. As bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória. Destaca-se a base inicial para a capacitação no uso da informação, o papel social da biblioteca escolar como centro de recursos para a aprendizagem e o desenvolvimento de Competência em Informação. 3. As escolas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação deverão integrar conteúdos relativos à Competência em Informação nos seus projetos político-pedagógicos.

Sendo assim, considera-se que a chave para desenvolver a competência informacional é tecer diálogos contínuos e progressivos com os alunos, através da mediação bibliotecário > professor, bibliotecário> aluno e depois professor> aluno, em um ciclo curricular. Um currículo este que atue duplamente: ao estimular a aquisição de saberes aos bibliotecários no próprio currículo da biblioteconomia e também na sala de aula/biblioteca; enquanto disciplina, que da mesma forma que português e matemática, tem seus conteúdos e a forma de trabalhá-los.

6. Considerações finais

No que se refere à educação, os tempos atuais convidam a sociedade a exercitar pensamentos divergentes, a sugerir novas alternativas, sem se deixar capturar pelo receio do fracasso e da exposição que naturalmente acompanha a ousadia de propor soluções dissonantes do tradicional. A conclusão da conjectura realizada aponta para a necessidade de um currículo orientador da trajetória dos alunos de escolas públicas, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social (foco do presente artigo), rumo ao conhecimento, juntamente com as competências informacionais. Conclui-se, que investir na sensibilização para a busca por informação se faz necessário, pois as etapas prescritivas dos modelos tradicionais são muito eficazes quando o aprendiz já está debruçado no caminho da informação, mas são pouco efetivas para casos em que o sujeito ainda se encontra distante da mesma. Se a sensibilização, mediada pelo diálogo, tem um poder conscientizador sobre a existência de informações e estas têm um potencial transformador da realidade, confia-se que a sequência é traçar um currículo escolar que contemple a inserção de questões relacionadas à competência em informação, ainda que diante das fragilidades e desafios que trazem toda novidade.

Em síntese, sugere-se investigar com mais afinco o perfil dos estudantes a quem se destinarão as estratégias de competências informacionais. Em especial, propõe-se o desenvolvimento de estudos que verifiquem se as barreiras específicas encontradas na busca por informação, mencionadas neste artigo – a saber: exclusão digital, agravos das escolas públicas, contextos de vulnerabilidade social e estigmatização, existência de crenças limitantes, baixa motivação para o estudo, introjeção de visões equivocadas sobre a importância da escolaridade, a crise dos diplomas, o imperativo da sobrevivência e a valorização do trabalho imediato – de fato se repetem em outros contextos e o que pode ser feito para atenuá-las.

Uma análise final do diálogo empreendido indica que o fazer bibliotecário tem muito a se beneficiar do desdobramento e aplicação das temáticas apresentadas, na adoção de medidas que visem o conhecimento de seu público para prover estratégias informacionais condizentes com sua realidade. Sugere-se, assim, para conseguir responder aos desafios colocados, maior amplitude na apropriação de correntes teóricas da educação na biblioteconomia ao compor seu instrumental, cujo início pode partir dos autores elencados nesta escrita. A final, como Dudziak (2008) colocou: permanece a necessidade de novas bases práticas e epistemológicas para que a área possa refletir e conseguir modificar a realidade brasileira.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam G.; CASTRO, Mary. Juventudes, violências e o Estado: Jovens em territórios com o programa Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, p. 17-41. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7315>. Acesso: jul. 2016.
- BANDURA, Albert. Human agency in social cognitive theory. **American Psychologist**, v.44, n. 9, 1989, p.1175-1184.
- BARRERA, Sylvia D. Teorias cognitivas da motivação e sua relação com o desempenho escolar. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 159-175, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- BORUCHOVITCH, Evely *et al.* Motivação do aluno para aprender: fatores inibidores segundo gestores e coordenadores pedagógicos. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 425-442, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BURNKRANT, Robert. E. A motivational model of information-processing intensity. **Journal of Consumer Research**, v. 3, p. 21-30, 1976.

BZUNECK, Jose. A. As crenças de autoeficácia e o seu papel na motivação do aluno. *In*: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, Jose A. (Org.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 116-133

CARVALHO SILVA, Jonathas. L. Necessidades de informação e satisfação: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48656>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CASADO, Elias Sanz. Estudios de usuários: conceptos básicos. *In*: CASADO, Elias Sanz. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruiperez, 1994. p. 19-44.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, 2002.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. [Anales...]. Caxambu: ALAP, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF. Acesso em: Jul. 2017.

CAVENAGHI, Ana R.A; BZUNECK, José A. A motivação de alunos adolescentes enquanto desafio na formação do professor. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009. Curitiba. **Anais [...]**. [S. l.]: EDUCERE, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/1968_1189.pdf. Acesso: set. 2019.

CEBRAB. FVC. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Fundação Victor Civitas. **O que os jovens de baixa renda pensam sobre a escola**. 2013. Disponível em: http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/2013/11/130917_jovens_pensam_escola.pdf. Acesso: set. 2018.

CIANCONI, Regina de Barros. Gerencia da informação: mudança nos perfis profissionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 204-208, jul./dez.1991.

COOPER, W. S. A definition of relevance for information retrieval. **Information Storage and Retrieval**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 1971.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre competência em informação. 09 ago. 2011. Disponível em: <http://www.fci.unb.br/phocadownload/declaracaomaceio.pdf>. Acesso em: maio 2022

DELGADO, Victor Maia Senna; MACHADO, Ana F. Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 427-464, 2007. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/ed_soc.pdf. Acesso em: out. 2020.

DERR, Richard. L. A conceptual analysis of information need. **Information Processing and Management**, v. 19, n. 5, p. 273-278, 1983.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008

DWECK, Carol. C. **Mindset: the new psychology of success**. New York: The Random House Publishing Group, 2006.

FADEL, B. *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-32.

FIALHO, Janaina Ferreira. Ações, pensamentos, sentimentos e estratégias no processo de pesquisa acadêmica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 165-178, 2010.

FONTAINE, Anne Marie. **Motivação em contexto escolar**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005. 228 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 53-68.

FURTADO, Renata Lira; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos de comportamento informacional: uma análise de suas características. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA, 4., 2015, Marília. [Anais...]. Marília: UNESP, 2015. p. 1-10, 2015.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Manual do letramento informacional: saber buscar e usar a informação**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2020. 384 p.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, nov. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1206/1355>. Acesso em: dez. 2015.

GOMES, Marcus Vinicius. Para além dos muros da escola: a relação cidade-educação em debate. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2014. p. 67-80.

GOUVEA, Maria Cristina. A criança de favela em seu mundo de cultura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 48-54, 1993.

IBGE. **PNAD Contínua: 2019: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Divulgação

anual. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=30362&t=destaques>. Acesso em: jun.2021.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Comitê Permanente da Seção de Bibliotecas Escolares da IFLA. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: dez 2019

LE COADIC, Yves. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LINS, G. S.; LEITE, F. C. L. O comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação científica. **Revista *Eduf@tima***, [S. l.], v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.edufatima.inf.br/isf/index.php/es/issue/view/3>. Acesso em: 10 maio. 2022

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 118-127, 2007.

MARTINS, Isabela Moreira. Competência informacional na biblioteca escolar. *In*: SEMINÁRIO FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”. 2016. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FESP, 2016. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisV/GT3/Competenciainfo_IsabelaMartins.pdf. Acesso: out. 2018.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo referência de Minas Gerais**. [2018]. 497 p. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: jan. 2022

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, p. 15-35, 2002.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki; DO NASCIMENTO, Natália Marinho; BASSETTO, Clemilton Luís. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem para geração de inovação em micro e pequenas empresas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 23, n. 52, p. 18-33, 2018.

PALFREY, John G.; GASSER, Urs. **Born digital**: understanding the first generation of digital natives. New York: Basic Books, 2008. 375 p.

PEREIRA, Rafael Melo; DE CARVALHO CASTRO, Carolina Lescura; CHEIBUB, Bernardo Lazary. Favela ou comunidade? como os moradores, guias de turismo e outros agentes sociais compreendem simbolicamente o “morro” Santa Marta (RJ)?. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n. 3, p. 23-36, 2019.

PRENSKY, Mark. Digital natives, digital immigrants. **MCB University Press**, v. 9, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso: fev. 2020.

- RAMOS, Mozart. N. Brasil tem escola do século XIX': afirma especialista em educação. **Globo News**, 08 nov. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2012/11/brasil-tem-escola-do-seculo-xix-afirma-especialista-em-educacao.html>. Access: ago. 2015.
- ROWLANDS, Ian; WILLIAMS, Peter. **Information behaviour of the researcher of the future: the literature on young people and their information behaviour**. Londres: British Library/JISC, 2008.
- ROZA, Rodrigo Hipólito. Ciência da informação, tecnologia e sociedade. **Biblos**, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 177-190, 2018.
- SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. p. 230-248.
- SANTANA, Luiz Henrique Costa de; FREITAS SILVA, Clarice; SOUZA, Emanuel Rodrigues. O discurso hegemônico e idealista na troca do termo favela por comunidade. **Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 7, n. 1, p. 14-33, 2021.
- SANTOS, Larissa M. N. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na Favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. 2007. Tese (Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon, BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-50
- SERRES, Michel. **Thumbelina: the culture and technology of millennials**. [S. l.]: Rowman & Littlefield, 2014.
- SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222 p.
- TAPSCOTT, Don. **Grown up digital: how the net generation is changing your world**. New York: McGraw Hill, 2009. 385p.
- TIGRE, Maria das Graças do Espírito Santo. **Escola, juventude e violência: um estudo no ensino médio**. 2013. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2313/5373.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- TONDO, Romulo Oliveira. **Celulares, conexões e afetos: a sociabilidade e consumo de smartphones entre jovens de comunidade popular**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
- TWENGE, Jean M. **iGen: why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy and completely unprepared for adulthood and what that means for the rest of us**. New York: Simon and Schuster, 2017.

TWENGE, Jean M. **Generation me-revised and updated**: why today's young americans are more confident, assertive, entitled--and more miserable than ever before. New York: Simon and Schuster, 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 204-204.

WEINER, Bernard. An attributional theory of achievement motivation and emotion. **Psychological Review**, v. 92, n. 4, p. 548-573, 1985.

WILSON. Thomas D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000.

WILSON. Thomas D. Information behavior: an interdisciplinary perspective. **Information Proceeding and Management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

WILSON. Thomas D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.

WITTER, Geraldina Porto. Aprendizagem e motivação. *In*: WITTER, Geraldina Porto; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1984.

ZIBAS, Dagmar M. L. Refundar o ensino médio?: alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 1067-1086, 2005.

Artigo submetido em: 08 mar. 2022

Artigo aceito em: 31 maio 2022